



As aposentadorias decididas hoje terão impacto direto sobre a renda futura. Por **Rubens Penha Cysne**

É preciso mobilizar os mais jovens sobre a previdência

Cabe indagar porque reformas de sistemas previdenciários baseados na regra de repartição (a cada período os beneficiários, aposentados e pensionistas, recebem o montante das contribuições pagas pelos contribuintes), mesmo quando defendidas com quase unanimidade por técnicos especializados no assunto, têm dificuldades para ser aprovadas no Legislativo.

O problema não se restringe ao Brasil. Pelo contrário, gera debates acirrados em várias outras democracias ao redor do mundo. O motivo é tecnicamente óbvio, mas pouco difundido.

Nos sistemas de repartição, em contraste com o caso no qual a previdência se determina em função da capitalização das contribuições individuais, são principalmente os mais jovens que pagarão, no futuro, como contribuintes, a conta das aposentadorias e pensões agora decididas.

Ocorre que os mais jovens, parte porque ainda não votam e menos nasceram, são sempre sub-representados nas decisões democráticas com efeitos de longo prazo. E, não raro, no caso específico da Previdência, desconhecem que as aposentadorias decididas hoje terão impacto direto sobre a sua renda líquida (após o pagamento da contribuição beneficiária) a ser recebida no futuro.

O problema é tão maior quanto menor o altruísmo entre gerações. Aqueles que hoje votam a favor ou contra a redução de encargos previdenciários deveriam levar mais em consideração os custos de terem filhos, netos e bisnetos pagando no futuro uma conta em dissonância com as suas (deles) expectativas de recebimento futuro.

Indivíduos pertencentes a sociedades mais desiguais em termos culturais e sociais, como é o caso da brasileira, entretanto, tendem a apresentar menor grau de preocupação com seus pares, uma questão que pode se dar tanto no contexto de cada geração (preocupação com “os outros”, no tempo presente) como entre gerações (preocupação com “os outros”, no tempo futuro).

Pode-se ter uma ideia desse problema no Brasil a partir da observação da forma como se tratam os espaços públicos. A

ideia de que existe sempre um alguém, algo distante na visão, para limpar o lixo jogado na rua ou nos rios, por exemplo, pode traduzir uma medida de baixo grau de sensação de pertencimento ao todo.

Os mais aquinhoados muitas vezes têm essa percepção da sociedade porque se acostumaram à ideia de subserviência de terceiros. Os menos aquinhoados, não raro, porque manifestam dessa forma seu afastamento e não adesão a um status quo que consideram injusto. Em algumas situações a agressão ao espaço público chega a ser proposital.

Pode-se talvez inferir daí, por aproximação, que a desconsideração que se observa para com o indivíduo ao lado (que terá o desprazer de ver seus rios e praças em mau estado) pode valer também para o indivíduo situado no futuro (que em função da mesma falta de altruísmo, agora entre gerações, poderá herdar, relativamente a outras sociedades, uma maior razão entre passivos e ativos públicos).

Jovens precisam estar cientes de que, sem reformas, a alíquota previdenciária efetiva tende a dobrar

Em sendo válida tal conjectura que une desigualdade social a baixo grau de pertencimento ou altruísmo, sociedades como a brasileira tenderiam a apresentar dificuldades relativamente maiores de convergir para reformas de longo prazo que exigem sacrifícios em tempo presente, a da Previdência em particular.

Seriam então três os motivos para uma maior dificuldade na aprovação de reformas. Os dois primeiros derivariam do menor grau de preocupação para com terceiros. E o terceiro teria como base a desinformação ou análise inadequada dos dados disponíveis.

Primeiro, a falta de altruísmo no contexto de cada geração tenderia a gerar reformas nas quais, no contexto da mesma geração, se mantêm privilégios de grupos politicamente mais fortes sobre grupos politicamente menos fortes. Esses últimos não levariam suficientemente em consideração as consequências de seus atos de força política sobre os de-

mais. Algo psicologicamente não muito distinto de jogar lixo na rua esperando pela coleta subserviente e distante.

Segundo, a falta de altruísmo entre gerações (ou seja, a menor preocupação com aqueles “situados no futuro”) tenderia a deixar um maior passivo líquido a ser saldado pelos mais jovens. Leia-se, benefícios previdenciários (agora como um todo, e não apenas de grupos privilegiados) em dissonância com a evolução da realidade econômica do país.

O terceiro motivo pelo qual a desigualdade econômica e social tende a gerar dificuldades na aprovação de reformas previdenciárias é que em tais condições costumam estar em maior número, dentro de cada faixa etária, aqueles que dispõem de formação ou informação incompleta para uma análise adequada da questão.

Pesquisa recente publicada na mídia nacional mostra que 43% dos mais jovens declaram não ter conhecimento suficiente sobre o assunto de reforma da Previdência.

O problema é difícil, mas não insolúvel. Para recuperar o sentimento geral de pertencimento e, com ele o altruísmo necessário ao processo democrático, o momento de início de um novo governo é particularmente propício. A ideia de um novo projeto nacional, acoplada à transparência de gestão e políticas regionais e sociais adequadas, pode ajudar bastante.

Adicionalmente, é preciso melhor informar e mobilizar os mais jovens, no caso, a favor de si mesmos. Se convencidos da necessidade de reduzir os encargos que se lhes impõem para o futuro, dispõem esses de redes de informação que podem influenciar fortemente o processo legislativo.

Os mais jovens precisam estar cientes de que, na ausência de reformas, se a razão contribuintes/beneficiários se reduzir a quase metade ao longo do tempo, a alíquota previdenciária efetiva sobre a renda tende a dobrar nas próximas gerações. Isto é o que está ocorrendo no Brasil, em função do envelhecimento da população. E, mais ainda, precisam estar informados que são eles os candidatos a pagarem tais alíquotas.

Rubens Penha Cysne é professor da EPGE.